

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 079, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015.**

Altera a Lei Municipal nº 3.611, de 20 de dezembro de 2011.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL,**

Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º** Ficam acrescentados os §§ 6º e 7º ao art. 14 da Lei Municipal nº 3.611, de 20 de dezembro de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 14 .....*

*(...)*

*§6º Findo o prazo estabelecido no §1º deste artigo, o interessado deverá apresentar laudo técnico das condições do imóvel, realizado e subscrito por profissional habilitado, concedendo-se ao interessado o prazo de trinta e seis meses a partir da entrega do laudo referido anteriormente, prazo esse que permitirá o interessado providenciar a carta de habite-se do imóvel, sob pena de ter seu alvará cassado.*

*§7º A Administração Pública poderá regulamentar por Decreto as informações que deverão ser exigidas no laudo técnico das condições do imóvel referidos nos §§ 1º e 3º deste artigo.*

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 11 de setembro de 2015.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**ROGÉRIO DIAS PEREIRA**  
Secretário de Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal nº 079, de 11 de setembro de 2015, que ***“Altera a Lei Municipal nº 3.611, de 20 de dezembro de 2011”***

O presente projeto de Lei tem a finalidade de alterar a Lei Municipal nº 3611/2011, a fim de conceder a dilação do prazo para a regularização e entrega da carta de habite-se, haja vista ser uma das exigências legais para a concessão de alvará de funcionamento de estabelecimentos comerciais no Município

É de se ressaltar que, para fazer jus a dilação do prazo, o interessado deverá apresentar laudo técnico das condições do imóvel, realizado e subscrito por profissional habilitado, documento esse que não substitui a carta de habite-se, no entanto, garante prazo razoável para a regularização do imóvel junto ao Município.

Ressalta-se ainda, que a presente proposição visa dar segurança aos municípes que estão adentrando em estabelecimentos comerciais no Município, bem como retira os pequenos empresários da clandestinidade, incrementando a receita municipal.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal